

**EIXOS DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO,
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO e
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

PPAG 2016-2019 – Revisão 2019

Relatório dos Grupos de Trabalho

Agropecuária e Desenvolvimento Agrário

PPAG 2016-2019 – Revisão 2019

Relatório do Grupo de Trabalho

O tema **Agropecuária e Desenvolvimento Agrário**, do Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, foi debatido no dia 7 de novembro de 2018. O grupo de trabalho, composto por 41 pessoas, identificou três áreas de interesse, que conformaram os subgrupos: Recursos Hídricos e Regularização Fundiária; Comercialização da Produção da Agricultura Familiar; e Sucessão Rural.

Como resultado das discussões, foram apresentadas sugestões de alteração no PPAG e de recomendações ao Poder Executivo no âmbito dos Programas:

- 009 – PROGRAMA ESTADUAL DE COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR;
- 025 – GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA;
- 046 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO À TERRA;
- 059 – APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO – DO CAMPO À MESA;
- 064 – BARRAGENS DE MINAS;
- 082 – EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA;
- 122 – ÁGUA PARA TODOS – UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA ÁGUA;
- 128 – SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL;
- 152 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE.

As principais intervenções sugeridas pelo grupo foram:

- fortalecer o cooperativismo na agricultura familiar, a fim de apoiar o acesso e atendimento a mercados institucionais e o cumprimento da legislação tributária e sanitária de produção e comercialização, por meio de aporte de recursos nas Ações 2034 – Agroindústria Familiar e Infraestrutura – e 4141 – Apoio ao Cooperativismo e Acesso a Mercados Institucionais –, além da restauração das Ações 4641 – Assessoramento de Gestão às Agroindústrias Familiares e Cooperativas – e 4642 – Apoio à Estruturação das Cooperativas da Agricultura Familiar;
- apoiar as ações de desenvolvimento de pesquisa agropecuária e agroindustrial;

- ampliar metas físicas e financeiras na Ação 4257 – Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais –, além de seu escopo, com vistas a incluir a regularização fundiária;
- fortalecer os investimentos em agroecologia, agroextrativismo e agricultura familiar urbana;
- garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, por meio do aporte de recursos para as feiras livres da agricultura familiar, da criação de circuitos curtos de comercialização e do apoio à realização da Feira Estadual da Agricultura Familiar – Agriminas;
- apoiar a inclusão produtiva e a autonomia socioeconômica das mulheres do campo;
- apoiar os projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Família Agrícola, como incentivo à sua permanência no campo;
- apoiar a implantação de uma Escola Família Agrícola no Território Alto Jequitinhonha;
- garantir acesso à água de qualidade, para consumo humano, dessedentação animal e uso agrícola, por meio do fortalecimento de ações como a 1032 – Construção de Reservatórios de Médio e Pequeno Porte – e a 4207 – Tecnologias Sociais e Infraestrutura Hídrica de Contenção e Reservação de Água e Proteção Ambiental –, garantindo alinhamento com os Planos Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
- promover a educação ambiental e fomentar o desenvolvimento de tecnologia social em recursos hídricos;
- criar ação destinada ao apoio à apicultura, com equipamentos apícolas e veículos.

Houve, ainda, a aprovação das moções que se seguem:

1) “Os participantes do subgrupo Recursos Hídricos e Regularização Fundiária, do grupo de trabalho Agropecuária e Desenvolvimento Agrário, no processo participativo de discussão do PPAG 2016-2019 – revisão para 2019 –, requerem a imediata assinatura e entrega dos títulos de domínio rural já emitidos pelo governo do Estado. Solicitam, ainda, que esta moção seja enviada ao atual e ao futuro governador do Estado de Minas Gerais.”

2) “Os participantes do subgrupo Recursos Hídricos e Regularização Fundiária, do grupo de trabalho Agropecuária e Desenvolvimento Agrário, no processo participativo de discussão do PPAG 2016-2019 – revisão para 2019 –, requerem a aprovação do Projeto

de Lei nº 3.601/2016, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que revoga a Lei nº 11.020, de 1993.”

3) “Os participantes do subgrupo Recursos Hídricos e Regularização Fundiária, do grupo de trabalho Agropecuária e Desenvolvimento Agrário, no processo participativo de discussão do PPAG 2016-2019 – revisão para 2019 –, requerem à ALMG a exclusão do prazo de 10 anos, constante no art. 15 do PL nº 3.601/2016, em tramitação, em razão da inviabilidade do acesso a crédito pelo agricultor beneficiário do título.”